



CONTRATO Nº 064/2024 – PMAV

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ATÍLIO VIVÁCQUA-ES E A EMPRESA LIDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, COM OBJETIVO DE AQUISIÇÃO DE MONITORES, PARA ATENDER A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: AMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, GOVERNO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE ATÍLIO VIVÁCQUA-ES.

*Pregão Eletrônico nº. 021/2022 – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG-MT
Ata de RP nº. 009/2023 - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG-MT
Processo Administrativo nº. 3626/2024 - PMAV*

O **MUNICÍPIO DE ATÍLIO VIVACQUA**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça José Valentin Lopes, nº. 02, Centro, Atílio Vivácqua/ES, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.165.620/0001-37, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOSEMAR MACHADO FERNANDES**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 794.991-SSP/ES, inscrito no CPF sob o nº 930.682.477-72, residente e domiciliado na Rua São Pedro, S/N, Zona Rural, nesta Cidade de Atílio Vivácqua-ES, CEP: 29.490-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **LIDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.477.490/0002-81, com sede na Avenida Doutor Jose Correia Machado, nº 1079, sala 93, Ibituruna, Montes Claros-MG, CEP: 39.401-832, por seu representante legal, Sr.º **JOVINO PEREIRA DE BRITO JUNIOR**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o nº 776.170.616-68, OAB/MG 181.493, residente e domiciliado na Avenida Doutor Jose Correia Machado, nº 1079, Bloco C, Mezanino S 01, Ibituruna, Montes Claros-MG, CEP: 39.401-832, doravante denominada **CONTRATADA**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, que será regido pela Lei nº 8.666, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores e, no que couber, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), assim como, supletivamente, pelos Princípios da Teoria Geral dos Contratos, pelas disposições de direito privado e pelas cláusulas e condições a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **AQUISIÇÃO DE MONITORES PARA ATENDER A SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: AMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL, GOVERNO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DE ATÍLIO VIVÁCQUA-ES.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. Os preços do objeto contratado são os abaixo indicados, nas quais estão incluídas todas as despesas necessárias à sua execução (tributos, seguros, encargos sociais, etc.)

| ITEM | DESCRIÇÃO | QTD. | UND. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--------------------------------------|------|------|----------------|---------------|
| 01 | MONITOR LENOVO THINKVISION T22I 21.5 | 50 | UN | R\$717,00 | R\$ 35.850,00 |



2.2. O valor total do presente Contrato é de **R\$ 35.850,00 (trinta e cinco mil e oitocentos e cinquenta reais)**, em conformidade com a proposta comercial apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência deste termo de contrato contar-se-á da data de sua publicação vigendo até 31/12/2024.

CLAÚSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas contratuais e as normas da Lei nº 8.666/1993, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

4.3. A entrega dos objetos ora contratados será acompanhada e fiscalizada por representante do contratante, com atribuições específicas.

4.4. A fiscalização exercida na entrega dos bens não exclui a responsabilidade da contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos.

4.5. DOS PRAZOS E HORÁRIOS

4.5.1. O prazo de entrega será de até **45 (quarenta e cinco) dias** corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento, no horário de: 07 as 15h.

4.6. DO LOCAL

4.6.1. Os produtos serão entregues na Prefeitura Municipal de Atílio Vivacqua-ES, no endereço: Praça José Valentim Lopes, nº 02, Centro, Atílio Vivacqua-ES, Setor de Almoxarifado.

4.10. DA GARANTIA DOS PRODUTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

4.10.1. O prazo de garantia contratual dos monitores, complementar à garantia legal, **será de 36 (trinta e seis) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

5.1. Os produtos serão recebidos da seguinte forma:

a) **provisoriamente:** o recebimento provisório dar-se-á por servidor indicado pelo Órgão/Entidade Contratante, no ato da entrega dos produtos e, encontrando irregularidade, fixará prazo para correção/troca, ou, se aprovado, autorizará a emissão da NF;

a.1. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da Contratada, devendo ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação do Fiscal do Contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades;



b) definitivamente: Após recebimento provisório, será verificada a integridade dos produtos, incluindo qualidade e quantidade, e sendo aprovados, será efetivado o recebimento definitivo, com a posição de assinatura nas vias do Documento Auxiliar da NF-e (Danfe) ou na Nota Fiscal;

5.2. Na hipótese de irregularidade não sanada pela Contratada, a fiscalização do Órgão/Entidade Contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade superior, para adoção dos procedimentos inerentes a apuração dos fatos e a aplicação de penalidades;

5.3. O aceite/aprovação dos produtos pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade, qualidade dos produtos ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Órgão/Entidade Contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado pelo Contratante em favor da Contratada em até 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária a ser depositada em conta corrente, no valor correspondente, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do Contratante;

6.2. O pagamento será realizado de acordo com a execução do objeto do contrato, mediante emissão da respectiva Nota Fiscal.

6.2.1. O valor devido deverá ser acrescido de juros moratórios de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, apurados desde a data prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

6.3. Nos casos de aplicação de penalidade em virtude inadimplência contratual pela contratada não serão efetuados pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação das respectivas obrigações.

6.3.1. Caso o objeto tenha sido recebido parcialmente, o pagamento da nota deverá ser equivalente apenas ao objeto recebido definitivamente.

6.4. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no subitem acima fluirá a partir da respectiva data de regularização.

6.5. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

6.5.1. Não produziu os resultados acordados;

6.5.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.5.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** – Classificação Funcional 04.122.0003.2.0006 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 159 - Fonte 1.500.0000.0000.



- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** – Classificação Funcional 04.122.0003.2.0007 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.19 – Ficha 155 - Fonte 1.500.0000.0000 / 1.755.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** – Classificação Funcional 04.122.0003.2.0007 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 160 - Fonte 1.755.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Administração e Finanças** – Classificação Funcional 04.129.0003.2.0005 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.19 – Ficha 156 - Fonte 1.500.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.242.0017.2.0047 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 863 - Fonte 1.500.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.242.0019.2.0053 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 864 - Fonte 1.661.0000.0004.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.243.0020.2.0055 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.19 – Ficha 1189 - Fonte 2.660.0000.0022.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.243.0020.2.0055 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 1190 - Fonte 2.660.0000.0022.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.244.0017.2.0045 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.19 – Ficha 858 - Fonte 1.500.0000.0000 / 2.660.0000.0022.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.244.0017.2.0045 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 1186 - Fonte 2.600.0000.0020.
- **Secretaria Municipal de Assistência Social** – Classificação Funcional 08.244.0018.2.0050 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 865 - Fonte 1.500.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural** – Classificação Funcional 20.606.0021.2.0056 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 927 - Fonte 1.500.0000.0000 / 1.759.0000.0002.
- **Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento** – Classificação Funcional 04.122.0003.1.0003 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 1152 - Fonte 1.500.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento** – Classificação Funcional 04.122.0003.2.0004 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.19 – Ficha 1151 - Fonte 1.500.0000.0000.
- **Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento** – Classificação Funcional 04.122.0003.2.0004 - Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 – Ficha 1153 - Fonte 1.500.0000.0000.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL

8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

9.1. Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento, entrega, inclusive o descarregamento dos produtos, pertinentes ao objeto contratado, utilizando-se de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios próprios, que se fizerem necessários para a execução do contrato.

9.1.1. O (s) produto (s) deverá (ão) ser fornecido (s) conforme especificação constante no Termo de Referência, acondicionados adequadamente, conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante transporte e estocagem, bem como constar identificação do produto e demais informações exigidas na especificação e legislação em vigor.

9.2. Entregar o (s) produto (s) contratado (s), nos termos, local, prazos, quantidades, qualidade e condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e no contrato aderidos da Ata de Registro de Preços, bem como, acondicionados em embalagens que certifiquem sua procedência, espécie, composição, validade, fabricação, etc.



9.2.1. O (s) produto (s) ofertado (s) deverá (ão) estar isento (s) de qualquer elemento estranho ou que descaracterize total ou em parte da exigência mínima.

9.2.2. Deverão estar discriminados na embalagem a marca e modelo do (s) item (ns) ofertado (s), bem como o sítio do fabricante para averiguação das características mínimas exigidas, quando couber.

9.2.3. Entregar todos os itens novos, produzidos por empresa especializada e legalmente estabelecida, de modo que a sua procedência seja facilmente aferida.

9.2.4. Não serão aceitos produtos de fabricação doméstica ou de montagem ilícita.

9.3. Emitir documento fiscal, discriminando o (s) produto (s) entregue (s) no período, de acordo com a especificação constante no **Anexo I do Edital**.

9.4. Executar o objeto do contrato, de forma a garantir os melhores resultados, cabendo à contratada otimizar a gestão de seus recursos humanos, com vistas à qualidade e à satisfação do contratante.

9.5. Responder civil e criminalmente pelos eventuais danos causados direta ou indiretamente ao contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a concomitante fiscalização realizada pelo contratante.

9.6. A contratada e seus prestadores de serviços deverão manter sigilo acerca de todo e qualquer dado, informação ou assunto de interesse do contratante ou de terceiros, que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, sob pena de responder civil, penal e administrativamente.

9.6.1. Toda informação ou procedimento do qual a contratada venha a ter acesso por força do contrato firmado, possui caráter de confidencialidade, devendo esta agir com diligência para evitar sua divulgação, seja por ação ou omissão, de forma verbal ou escrita, a qualquer terceiro.

9.7. A contratada não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado.

9.8. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

9.8.1. Na hipótese do contrato a ser firmado com Órgão/Entidade se enquadrar no limite da Lei Estadual nº 11.123/2020, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412/2018, o fornecedor deverá comprovar que mantém programa de integridade, que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

9.8.2. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, a Lei nº 11.123/2020 concede o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a implantação do referido programa, a contar da data da celebração do contrato.

9.8.2.1. Na hipótese do não cumprimento do prazo estipulado, será aplicada multa de 0,02% (dois centésimos por cento), por dia, incidente sobre o valor do contrato a contar do término do prazo de 180 dias conforme art. 6º da citada lei.

9.8.2.1.1. O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.8.2.1.2. O cumprimento da exigência da implantação fará cessar a aplicação diária da multa, sendo devido o pagamento do percentual até o dia anterior à data do protocolo.



9.8.2.1.3. O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

9.8.3. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos/despesas resultantes correrão à conta da empresa contratada, não cabendo ao Órgão/Entidade contratante o seu ressarcimento.

9.9. A contratada deverá cumprir as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº 8.666/93 e alterações, na Lei nº 10.520/02 e Decreto Estadual nº 840/17 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do contratante àquelas contidas no **item 10 do Termo de Referência** – Anexo III do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Os valores do (s) contrato (s) decorrentes da Ata Registro de Preços são fixos e irrevogáveis.

11.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações juntos aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei 8.666, de 1.993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520/02, a Contratada que:

- a) Ensejar injustificado retardamento da execução de seu objeto;
- b) Falhar ou fraudar na execução do Contrato;
- c) Comportar-se de modo inidôneo;
- d) Cometer fraude fiscal;
- e) Não executar parcial ou total o Contrato;

12.2. A Contratada que cometer infração administrativa, estará sujeita à aplicação das seguintes sanções, a saber:

12.2.1. Advertência, por faltas leves, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo para o Contratante;

12.2.2. Multas:

a) Por atraso: será aplicada multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado na providência necessária e 1% (um por cento) por dia após o 30º dia de atraso até o limite 60 (sessenta) dias, após será considerado inexecução total do Contrato;

b) Por faltas médias ou inexecução parcial: será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos ao Contratante e, na sua reincidência, esse percentual será de até 10% (dez por cento);

c) Por falta grave ou inexecução total: será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total do contrato. Será entendida como falta grave aquela que acarrete prejuízo para o Contratante. Quanto a inexecução total, a multa será aplicada independentemente da existência ou não de prejuízo ao Contratante, implicando ainda na possibilidade de rescisão do Contrato;

12.2.2.1. A multa eventualmente imposta à Contratada, poderá ser descontada da fatura a que fizer jus ou deduzidos da garantia, garantido o contraditório e ampla defesa;



12.2.2.2. Caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão/Entidade Contratante, ou se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento de sua notificação, para efetuar o pagamento da multa;

12.2.2.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Estado, podendo ainda, o Órgão/Entidade proceder à cobrança judicial da multa;

12.2.2.4. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Órgão/Entidade;

12.2.3. Suspensão temporária do direito de participar em licitação e de contratar com Poder Executivo do Município de Atílio Vivacqua, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

12.2.4. Impedimento de licitar e contratar com Poder Executivo do Município de Atílio Vivacqua e consequente descredenciamento no sistema de cadastro de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade competente que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir o Contratante pelos prejuízos causados e após 02 (dois) anos de sua aplicação;

12.3. As sanções previstas nos subitens **12.2.1**, **12.2.3**, **12.2.4** e **12.2.5** poderão ser aplicadas juntamente com as de multa;

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93 e subsidiariamente na Lei Estadual nº 7.692, de 2002;

12.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o Princípio da Proporcionalidade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1. O presente termo de contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. Tal rescisão poderá ocorrer a qualquer tempo mediante comunicação oficial de no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à outra parte.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à contratada o direito a prévia e ampla defesa.

13.4. A contratada reconhece os direitos do contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO DIREITO DE PETIÇÃO

14.1. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO



15.1. Será designado, pelo contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do contrato, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à contratada o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do contratante ou terceiros ligados à execução do objeto.

15.2. O exercício da fiscalização pelo contratante não excluirá nem reduzirá as responsabilidades de competência da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e Princípios Gerais dos Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA CLAUSULA ANTICORRUPÇÃO

17.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, o que deve ser observado, ainda, pelos prepostos e colaboradores.

17.2. Consta em anexo do contrato o Termo Anticorrupção (**Anexo**), expresso pela contratada, declarando formalmente que a condução de seus negócios segue estritamente a lei, a moral e a ética.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei nº 8.666/1993, respondendo elas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.2. O contratante poderá revogar este contrato, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

18.3. A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo efeitos jurídicos que nele, ordinariamente, deverá produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

18.4. A declaração de nulidade não exonera o contratante do dever de indenizar a contratada pelo que essa houver executado, e por outros prejuízos regularmente comprovados contanto que não lhe seja imputável, promovendo a responsabilidade de quem lhe deu causa.

18.5. Incumbirá ao contratante, providenciar a publicação do extrato deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.



18.6. É vedado caucionar ou utilizar o contrato administrativo decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Autoridade Competente.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1. Fica eleito o foro da Comarca de Atílio Vivacqua-ES, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Atílio Vivacqua/ES, 17 de junho de 2024.

JOSEMAR MACHADO FERNANDES
Prefeito Municipal - CONTRATANTE

GABRIEL COELHO ROCHA
Secretário Municipal de Governo,
Planejamento e Desenvolvimento

KAROLINE DUARTE VENTURI LIMA
Secretária Municipal de
Administração e Finanças

GESSILÉA DA SILVA SOBREIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

PEDRO OLIVEIRA SAMPAIO
Secretário Municipal de Agricultura
e Desenvolvimento Rural

ALCEMIR LOURENÇO SANTOS
Fiscal de Contratos - SEMADER

MAURIO SÉRGIO LISTO COSTA
Fiscal de Contratos - PMAV

LIDER NOTEBOOKS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



RESUMO DO CONTRATO Nº 064/2024 - PMAV

Pregão Eletrônico nº. 021/2022 -
Secretaria de Estado de Planejamento
e Gestão SEPLAG-MT

Ata de RP nº. 009/2023 - Secretaria
de Estado de Planejamento e Gestão
SEPLAG-MT

Processo Administrativo nº.
3626/2024 - PMAV

Contratante: MUNICÍPIO DE ATÍLIO
VIVÁCQUA.

Contratada: LIDER NOTEBOOKS
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MONITORES,
PARA ATENDER A SECRETARIAS
MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
GOVERNO, PLANEJAMENTO E
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA
E DESENVOLVIMENTO RURAL DE
ATÍLIO VIVÁCQUA-ES.

Valor: R\$ 35.850,00 (trinta e cinco mil
e oitocentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária:

Secretaria Municipal de Obras e

Secretaria Municipal de
Administração e Finanças -
Classificação Funcional

04.122.0003.2.0006 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.99 - Ficha 159 -
Fonte 1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Administração e Finanças -
Classificação Funcional

04.122.0003.2.0007 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.19 - Ficha 155 -
Fonte 1.500.0000.0000
/1.755.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Administração e Finanças -
Classificação Funcional

04.122.0003.2.0007 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.99 - Ficha 160 -
Fonte 1.755.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Administração e Finanças -
Classificação Funcional

04.129.0003.2.0005 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.19 - Ficha 156 -
Fonte 1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.242.0017.2.0047 -

Natureza da Despesa 4.4.90.52.99 -
Ficha 863 - Fonte 1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.242.0019.2.0053 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.99
- Ficha 864 - Fonte
1.661.0000.0004.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.243.0020.2.0055 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.19
- Ficha 1189 - Fonte
2.660.0000.0022.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.243.0020.2.0055 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.99
- Ficha 1190 - Fonte
2.660.0000.0022.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.244.0017.2.0045 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.19
- Ficha 858 - Fonte
1.500.0000.0000 /
2.660.0000.0022.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.244.0017.2.0045 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.99
- Ficha 1186 - Fonte
2.600.0000.0020.

Secretaria Municipal de
Assistência Social - Classificação
Funcional 08.244.0018.2.0050 -
Natureza da Despesa 4.4.90.52.99
- Ficha 865 - Fonte
1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de
Agricultura e Desenvolvimento
Rural - Classificação Funcional
20.606.0021.2.0056 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.99 - Ficha 927 -
Fonte 1.500.0000.0000 /

1.759.0000.0002.

Secretaria Municipal de
Governo, Planejamento e
Desenvolvimento - Classificação
Funcional 04.122.0003.1.0003 -

Natureza da Despesa 4.4.90.52.99
- Ficha 1152 - Fonte
1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de Governo,
Planejamento e Desenvolvimento -
Classificação Funcional
04.122.0003.2.0004 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.19 - Ficha 1151 -
Fonte 1.500.0000.0000.

Secretaria Municipal de Governo,
Planejamento e Desenvolvimento -
Classificação Funcional
04.122.0003.2.0004 - Natureza da
Despesa 4.4.90.52.99 - Ficha 1153 -
Fonte 1.500.0000.0000.

Vigência: 17/06/2024 a 31/12/2024.

Atílio Vivácqua/ES, 17 de junho de 2024.

JOSEMAR MACHADO FERNANDES
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certificamos que este ato foi
publicado na forma do Art. 103 da
Lei Orgânica do Município de
Atílio Vivácqua/ES.

Atílio Vivácqua,

_____/_____/_____
Gilmara Biazate Roveta
Gerente Municipal de Contratos
Decreto nº 054/2023
Matrícula nº 9770